



CONGRESSO

Câmara aprova novas regras para emendas

Projeto disciplina o uso dos recursos para atender às exigências de transparência e rastreabilidade determinadas pelo Supremo Tribunal Federal. Com o aval dos deputados, por 330 votos, texto segue para o Senado, que deve votá-lo ainda neste mês

» VINICIUS DORIA

Mário Agra/Câmara dos Deputados

A Câmara aprovou, na noite de ontem, o projeto de lei que disciplina o uso das emendas parlamentares no sentido de atender às exigências do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), em relação à transparência e à rastreabilidade do uso do dinheiro público. O relator do projeto, deputado e líder do União Brasil, Elmar Nascimento (BA), passou o dia em conversas com bancadas dos maiores partidos para fechar o parecer, aprovado por 330 votos a favor e 74 contra, além de duas abstenções. A proposta segue para o Senado, que deve votá-la ainda neste mês.

Nascimento fez poucas alterações no texto original do autor, deputado Rubens Pereira Junior (PT-MA), mas que atenderam às principais exigências das bancadas na Câmara. Se o projeto for confirmado pelo Senado, os parlamentares poderão desbloquear os recursos orçamentários destinados às emendas, que estão parados na conta do Tesouro por ordem de Dino, até que o Congresso corrija o que o magistrado considerou inconstitucional por causa da falta de transparência e de controle.

Na prática, é começo do fim do orçamento secreto — mecanismo de liberação de verbas para emendas parlamentares sem controle dos órgãos de fiscalização — que assegurou poder quase absoluto ao atual presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), nos últimos seis anos.

O novo texto lista uma série de “impedimentos técnicos” que inviabilizam a liberação imediata dos recursos. “Garante-se que projetos somente sejam aprovados se atenderem a requisitos mínimos de viabilidade técnica e financeira”, assegurou o relator, em seu parecer.

Segundo o projeto, as chamadas emendas de bancada só



Elmar Nascimento passou o dia em conversas com bancadas dos maiores partidos para fechar o parecer, lido por ele em plenário

poderão ser destinadas ao estado da própria bancada e, mesmo assim, devem atender a “projetos estruturantes”, definidos pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Deputados e senadores do DF, por exemplo, não poderão destinar recursos para outras unidades da Federação, exceto em casos excepcionais, como calamidades públicas. Cada bancada estadual terá direito de aprovar oito emendas.

As emendas de comissão, por sua vez, só poderão ser usadas pelas comissões permanentes da Câmara e do Senado, o que exclui as comissões temporárias. Os recursos deverão ser

destinados a projetos de interesse nacional ou regional, definidos pelo Executivo na LDO. Segundo o parecer de Nascimento, essas emendas devem ser “orientadas às ações orçamentárias de interesse nacional ou regional”. Pelo menos 50% desses recursos devem ser destinados à área da saúde.

Com relação às polêmicas emendas Pix, que são definidas individualmente pelos parlamentares e que caem diretamente na conta das prefeituras, o texto determina que sejam registradas no sistema Transferegov.br, com informações detalhadas sobre a destinação. Com

isso, o uso do dinheiro poderá ser fiscalizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pelas Cortes de Contas estaduais e pelo próprio Legislativo.

Transparência

Para o relator, esse mecanismo promove “um ambiente de governança mais transparente” e “atende diretamente à solicitação do STF quanto ao monitoramento desse tipo de emenda”. Só neste ano, o Orçamento conta com R\$ 8 bilhões para as emendas Pix.

Os recursos destinados a emendas parlamentares também

terão que se adequar às regras do arcabouço fiscal, equiparadas às demais despesas primárias da União. Dessa forma, esses recursos também poderão ser alvo de bloqueio por parte da área econômica do governo. O que vale para a execução do Orçamento da União valerá para as emendas parlamentares.

“Entendo que a aprovação da presente matéria permitirá que o legítimo sistema de emendas parlamentares ao Orçamento seja mecanismo de promoção do desenvolvimento nacional, e não fator de instabilidade política”, argumentou Nascimento, em seu relatório.



Entendo que a aprovação da presente matéria permitirá que o legítimo sistema de emendas parlamentares ao Orçamento seja mecanismo de promoção do desenvolvimento nacional, e não fator de instabilidade política”

Elmar Nascimento (União Brasil-BA), relator do projeto na Câmara

Senado

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse, ontem, que espera aprovar o texto até o fim do mês. “É muito importante resolvermos essa questão orçamentária, definir uma disciplina em relação às emendas parlamentares, emendas individuais, emendas de bancada, emendas de comissão, porque é muito importante rodar o Orçamento, nós temos realmente a garantia de que municípios, estados e entidades filantrópicas possam ter os recursos do Orçamento, seja o Orçamento original, seja através das emendas parlamentares”, ressaltou.

“Eu acho que aquilo que se busca é rastreabilidade, o máximo de transparência, mais igualdade no trato disso entre parlamentares”, concluiu Pacheco, ao sair de um debate sobre liberdade econômica.

Alcolumbre a caminho da Presidência do Senado

» CAMILA CURADO
» VÍCTOR CORREIA

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), declarou, ontem, apoio a Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) para sucedê-lo no comando da Casa. O candidato também receberá o aval oficial do PT. O líder do partido no Senado, Beto Faro (PA), disse, também nesta terça-feira, que a legenda fechará com Alcolumbre. A eleição para a Mesa Diretora ocorrerá em fevereiro do ano que vem.

“Minha posição de apoio a Davi Alcolumbre é clara e conhecida. Ele teve sua continuidade na presidência interrompida em 2021 devido a uma decisão do Supremo Tribunal Federal, que interpretou que a reeleição não seria permitida sem mudança de legislatura”, declarou Pacheco, ressaltando que a decisão é pessoal. O **partido dele** deve tomar uma posição sobre o assunto na semana que vem.

Já Beto Faro, embora tenha indicado a posição oficial do partido, informou que a bancada ainda se reunirá, na próxima semana, para formalizar o anúncio. “Avançamos muito e vamos

Outros candidatos

O PSD tem postulantes ao cargo. A senadora Eliziane Gama (PSD-MA) pretende se candidatar. O líder da bancada, Otto Alencar (BA), também tem colocado seu nome na discussão.

conversar na semana que vem para bater o martelo”, disse.

Outros partidos já tinham se posicionado a favor de Alcolumbre: além do União Brasil, PP, PSB, PL e PDT. O PL anunciou na semana passada, na presença do ex-presidente Jair Bolsonaro. Os argumentos da sigla foram expostos pelo senador Rogério Marinho (PL-RN). Segundo ele, a prioridade é eleger um candidato que tenha “respeito a proporcionalidade, à ocupação das comissões permanentes, que vão nos permitir trabalhar pautas importantes”, frisou, acrescentando que isso não foi feito por Pacheco em sua gestão.

Com as intenções de votos em Alcolumbre, o PL abriu mão da candidatura do senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP), lançada na semana passada.

Marcos Oliveira/Agência Senado



Pacheco com o candidato do União Brasil: “Minha posição é clara e conhecida de apoio a Davi Alcolumbre”

Câmara

Na Câmara, o deputado Hugo Motta (Republicanos-PB), candidato do presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), avançou na preferência dos partidos.

Ontem, PSB e PDT oficializaram

apoio ao candidato. Ele tem agora o aval de 10. O líder da bancada do PDT na Câmara, Afonso Motta (PDT-RS), admitiu que a preferência do partido era por Elmar Nascimento (União Brasil-BA), mas mudou recentemente. “Com a desistência do Elmar Nascimento,

manifestada a nós com reconhecimento, nós hoje (ontem) reunimos a bancada, que já tinha um sentimento de acompanhar Arthur Lira, e decidimos por unanimidade o apoio a Hugo Motta”, explicou. A possível desistência de Elmar tem sido comentada nos

bastidores da Câmara, mas a assessoria do deputado não confirmou a informação.

Na sede do PSB, em Brasília, Motta se reuniu com deputados federais, como Tabata Amaral (SP) e Gervásio Maia (PB), e o prefeito do Recife, vice-presidente da legenda, João Campos, escolhido pelo presidente, Carlos Siqueira (PE), para representá-lo.

Nos discursos dos integrantes do partido, a idade de Motta, de 35 anos, foi mencionada como um fator relevante no apoio à candidatura dele. A legenda tem parlamentares jovens, como Tabata Amaral e João Campos, ambos com 30 anos. A deputada citou a “importância em se ter um jovem” para “dar uma arejada na política” brasileira.

“Foi uma posição unânime do partido. Estamos com Hugo não só por gostar dele, mas porque ele representa o melhor caminho”, acrescentou João Campos.

Avante, Cidadania, Solidariedade, PSol, PSD e o União Brasil ainda não se pronunciaram oficialmente.

Outro postulante, Antonio Brito (PSD-BA), reforçou, ontem, a jornalistas, que sua candidatura está mantida.